



IV Seminário de Comunicação e Territorialidade  
“Comunicação contra as desigualdades”  
PósCom-Ufes – Centro de Artes – Campus de Goiabeiras  
17-18 de Outubro de 2018

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÃO DAS PRÁTICAS  
DISCURSIVAS SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA PÁGINA OFICIAL DO  
“ESCOLA SEM PARTIDO” NO FACEBOOK

Frederico CARNEIRO<sup>1</sup>

Alexandre CURTISS<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Publicações acadêmicas sobre diferentes enfoques têm se debruçado acerca dos incrementos à ação política individual e coletiva derivadas das interações sociais mediadas em ambientes *online* (ANTOUN; MALINI, 2013; CASTELLS, 2015; FILGUEIRAS; MENDONÇA; PEREIRA, 2016; GOMES; MAIA; MARQUES, 2011).

No Brasil, as pesquisas interessadas em desenvolver essa temática tem abrangido fenômenos contemporâneos da vida social e política do país. Entre elas, as manifestações de Junho de 2013 e seus desdobramentos (GOHN, 2018), os movimentos sociais a favor e contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a luta por reconhecimento de grupos sociais minoritizados e as guerras culturais em torno dos valores morais na vida cotidiana (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO, 2017).

O presente artigo destaca o Movimento “Escola Sem Partido” (ESP) nesse contexto. Ele se define como “uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vinculado ao Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Discurso. E-mail: [carneiro.fred@gmail.com](mailto:carneiro.fred@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: [alexcurtiss@uol.com.br](mailto:alexcurtiss@uol.com.br).





brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

Criado em 2004, o ESP dividi a atuação na defesa da aprovação, em lei, para que escolas e professores não façam doutrinação sobre sexualidade, gênero, política e religião e na manutenção de uma página no Facebook desde 2014. Atualmente, essa página possui 180.526 curtidas.

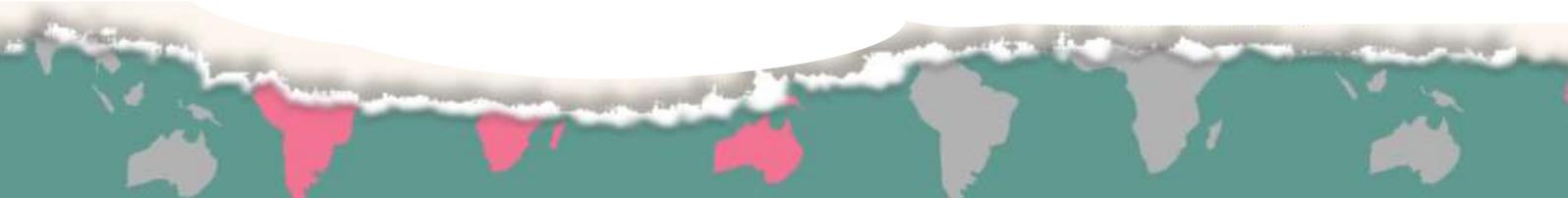
As primeiras observações que instigaram a produção desse artigo permitiram perceber como se dá, em linhas gerais, a atuação dos administradores na página. Existe uma preocupação por parte deles de representar situações que, na visão do ESP, contrariam o que seria uma educação sem doutrinas e que, a partir do compartilhamento no ciberespaço, configuram a percepção de que esses casos se tratam de uma ameaça generalizada no país cuja indignação deve ser acompanhada de reação. Para tanto, usam como material relatos escritos, informações veiculadas em fontes na Internet e/ou jornais.

Assim, circulam postagens que, do ponto de vista do ESP, repercutem denúncias de professores que ensinam comunismo, confundem as crianças quanto a sexualidade quando não incorrem no estímulo precoce da vida sexual, colocam ideologias partidárias acima dos valores religiosos das famílias, entre outras.

Apesar de seu estudo focar a rede social *Twitter*, as conclusões de Richard Romancini (2018) convergem com as apreciações relatadas acima. Para o autor, o exemplo do ESP soma-se a de grupos de direita e conservadores que usam a Internet para incorporar o engajamento de pessoas comuns com fins populistas.

Doravante a temática exposta e essa linha de argumentação, esse estudo pretendeu avançar no desenho de procedimentos metodológicos para investigar as práticas discursivas verificadas na página oficial no Facebook.

Para tanto, alinha-se a noção de discurso como prática social em que o emprego da linguagem implica uma relação dialética entre prática social e estrutura social (FAIRCLOUGH, 2016). Com isso, há de se considerar sempre as condições da produção e a importância de averiguar os efeitos que ele produz seja na perpetuação, na crise ou na mudança social.





Essa perspectiva se ampara em uma Análise do Discurso (AD) interdisciplinar e tridimensional (Ibidem). Aplicada a esse trabalho, fornece um arcabouço teórico-metodológico habilitado a pensar as práticas discursivas como materializações das temporalidades persistentes e coexistentes em conflito (SAQUET, 2011) e atualizadas nas interdiscursividades complexas que adensam, de História, a experiência cotidiana nos ciberterritórios (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011; MARTINUZZO, 2016).

Por ora, optou-se por debruçar-se nas práticas discursivas que arrolam para dentro da escola a resistência de setores conservadores cristão às discussões de gênero pela mobilização do discurso da existência de uma “ideologia de gênero” (MACHADO, 2018; SOUZA, 2014).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta dos dados foi feita a partir do aplicativo gratuito *Netvizz*. Os dados coletados compreendem: data, identificação, link e o texto das postagens e comentários. A coleta foi realizada no dia 18 de agosto de 2018 e foi definido como intervalo de coleta todas as postagens daquele dia até retroagir à primeira postagem em 2014.

A seguir, foi usado o processador *Numbers* para filtragem dos textos relativos às postagens. Foi realizada uma pesquisa textual para encontrar as postagens que continham as palavras “ideologia” e “gênero” associadas. A etapa seguinte consistiu na leitura dos textos das postagens – sem considerar, por ora, os comentários. Esse exercício compreende um primeiro esforço em definir um *corpus* a partir da coleta. Isso endossa a ideia de que só possível tomar decisões depois do conhecimento do “arquivo” e que esse próprio conhecimento se realiza mediante interpretação da referida bibliografia e do problema de pesquisa (FAIRCLOUGH, 2016). Ainda que o material já esteja coletado, o tratamento enquanto corpus permanece aberto a revisões e refinamentos a favor da análise.

Por se tratar de investigação desenvolvida em conexão a uma pesquisa maior em andamento, optou-se por restringir esse estudo à formulação de perguntas a auxiliar





a leitura dos textos. A definição e execução desse propósito se associam a noção de uma AD interessada em revelar a natureza do texto quanto a: matriz social do discurso; a condição das práticas discursivas; e a intertextualidade. E, uma vez tomada como prática social, é preciso dar relevância as marcas da manifestação indignada quando o grupo se depara com o descompasso entre normas sociais compartilhadas e os episódios denunciados (MARTINS, 2015).

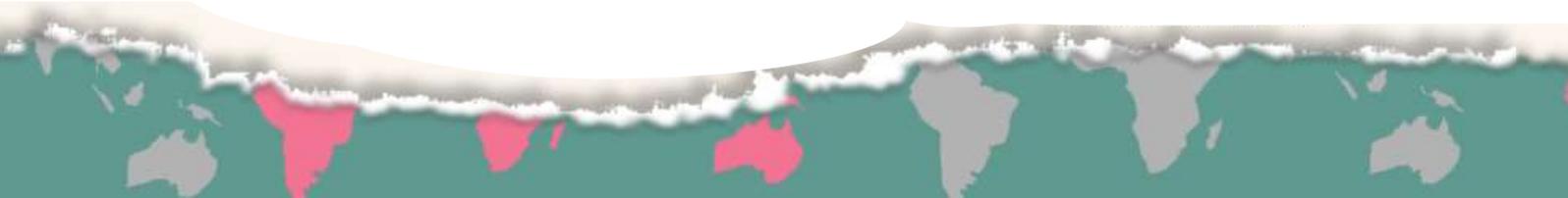
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao todo, foram coletadas 2.906 postagens. Destas, foram filtradas 69 postagens com a expressão “ideologia de gênero” – seja no cabeçalho, no corpo do texto ou em *link* externo.

Em decorrência da leitura dos textos foi possível esboçar as seguintes formulações orientadas à uma primeira análise do *corpus*: como se organiza a relação entre professor-aluno, como ela deveria ser organizada e quais modos de organizar são confrontados? Como se organiza a relação entre escola-pais, como ela deveria ser organizada e quais modos de organizar são confrontados? Como se organiza a relação entre indivíduo-sociedade, como ela deveria ser organizada e quais visões são confrontadas? Como se entende o que é dito como gênero nas atuações denunciadas, como se posicionam sobre esse entendimento, qual entendimento consideram desejável e quais entendimentos são confrontados? Qual a visão que o ESP e seguidores tem das diferentes posições que as mulheres assumem na sociedade brasileira, qual a visão desejável da função da mulher e quais visões e atores sociais são confrontadas por esse ideal do ESP? Como fazem uso do Facebook para defender a causa? Que tipo de relação esse uso estabelece entre o ESP e o Outro? Que tipo de relação o ESP pretende estabelecer com o espaço escolar a partir do ciberespaço?

### **4 CONCLUSÕES**

Ao final desse texto, percebeu-se a importância de se planejar a coleta dos dados a serem analisados. Apesar de a filtragem ter funcionado para o termo pretendido, é preciso buscar mais instrumentos para adentrar aos textos, principalmente quando se proceder a análise dos comentários. Isso porque o volume de texto tende a aumentar em prejuízo ao tempo disponível para a pesquisa.





Quanta às formulações definidas, considera-se que o exercício proporcionou um ganho na abordagem do corpus. O que não descarta que novas formulações devam surgir à medida que a pesquisa avançar na análise. É preciso, também, aperfeiçoá-las para que imbriquem mais a dimensão discursiva ao ciberterritórios.

## 5 PALAVRAS-CHAVE

Ciberterritórios. Escola Sem Partido. Ideologia. Gênero. Práticas discursivas.

## 6 REFERÊNCIAS

ANTOUN, H; MALINI, F. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.

GOMES, W.; MAIA, R.; MARQUES, F. (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2016.

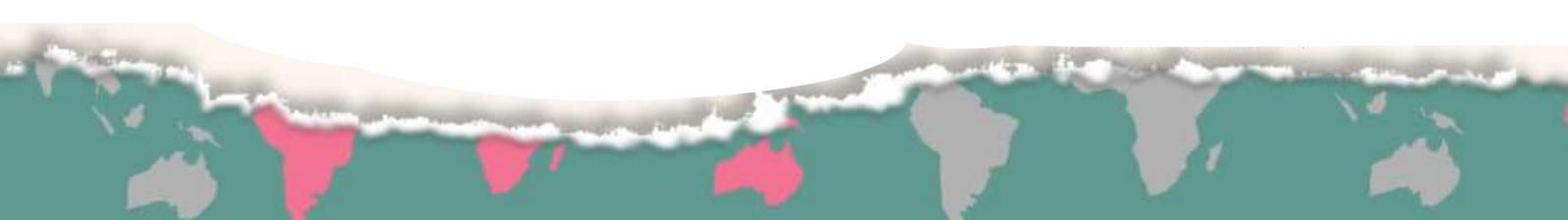
FILGUEIRAS, F.; MENDONÇA, R.; PEREIRA, M. (orgs.). **Democracia digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

FRAGOSO, S.; REBS, R. R.; BARTH, D. L. Territorialidades virtuais. Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. In: **Revista Matrizes**. Ano 5 – nº 1 jul./dez. 2011 - São Paulo, Brasil, p. 211-225

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, ago. 2018. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47463>>. Acesso em: 03 out. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto. 2015.

MARTINUZZO, J. “Prólogo – Territorialidade: o que é isso? In: MARTINUZZO, J.; TESSAROLO, M. (orgs.). **Comunicação e territorialidades**: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo. Vitória, ES, 2016, p.7-16.





PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2017. Disponível em < <https://www.programaescolasempartido.org/> >. Acesso em: 29 setembro de 2017.

ROMANCINI, R. “Vamos tirar a educação do vermelho”: o Escola Sem Partido nas redes digitais. In: **E-compós**, Brasília, v.21, n.1, jan./abr. 2018.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOLANO, E; ORTELLADO, P; MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações de apoio a Lava Jato e conta a reforma da previdência. **Em Debate**, v. 10, p. 34, 2017.

SOUZA, S. D. “Não à ideologia de gênero!”. A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v.28, n.2, p.188-204, jul-dez. 2014.

